COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 335, DE 1995 Apensos os projetos 3.402/97 e 1.858/96

Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), que trata das penitenciárias de mulheres.

Autor: Deputada Fátima Pelaes

Relator: Deputada Zulaiê Cobra

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, a proposição em epígrafe de autoria da Deputada Fátima Pelaes, que tem por objetivo tornar compulsória a instalação de seção para gestante e parturiente, além de creche nos presídios. Hoje, conforme estipula o art. 89, da Lei de Execuções Penais, existe apenas uma faculdade no seu estabelecimento.

A esta proposição foi apensada a de nº 1.858/96, de autoria do Deputado Leonel Pavan, com o intuito de modificar a redação dos arts. 83 e 89, da referida Lei, para prever a instalação de creches nas penitenciárias.

Outro apenso é o projeto de lei nº 3.402/97, de autoria da Deputada Marinha Raupp, que acrescenta um § 3º ao art. 14, assegurando, à mulher, o acompanhamento médico no pré-natal, no pós-parto, no climatério e pós-climatério. Estende, de igual modo, o atendimento médico ao recém-nascido.

Ademais, tal proposição propõe mudanças na composição do Conselho da Comunidade para nele incluir a presença de médico e de cidadãos. Confere-lhe, ainda, o poder de representar ao Juiz ou ao Conselho Penitenciário em caso de falhas ou deficiências na execução dos princípios adotados na Lei (atualmente pode apenas apresentar relatórios).

As matérias ainda serão encaminhadas ao Plenário, razão pela qual não foi aberto o prazo para o oferecimento de emendas.

Compete-nos a análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos do art. 32, III, "a" e "e", do Regimento Interno.

A Comissão de Seguridade Social e Família houve por bem aprovar as proposições nos termos de um substitutivo oferecido pela Relatora, Deputada Lídia Quinan.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

No tocante à constitucionalidade não vislumbramos obstáculos à livre tramitação das matérias (e do substitutivo da Comissão de Seguridade), uma vez que estão entre aquelas cuja competência legislativa é deferida à União (art. 22, I), devendo ser apreciadas pelo Congresso Nacional (art. 48), além de ser legítima a iniciativa parlamentar.

Não há, tampouco, maiores restrições à juricidade, vez que foram respeitados os princípios maiores do ordenamento jurídico. Observamos, no entanto, que todas as proposições estabelecem cláusula de revogação genérica, em desacordo com a Lei Complementar nº 95/98, salvo o substitutivo da Comissão de Seguridade, que realizou a devida adequação.

No que diz respeito à técnica legislativa, a menção feita, pelo Substitutivo da Comissão de Seguridade, à Lei nº 9.394/96, na redação que se

pretende conferir ao art. 89 da Lei de Execuções Penais, merece ser suprimida. Consideramos que tecnicamente não é adequada, no corpo de uma Lei, a referência a uma outra que, no futuro, eventualmente, poderá ser revogada.

No mérito, as propostas merecem acolhida pela conveniência e oportunidade do que se pretende: tornar obrigatória a instalação de seção, nas penitenciárias, para a gestante e parturiente, além da creche para o menor desamparado, cujo ascendente se encontra recolhido no sistema penitenciário. Também louvamos a idéia de ser efetivado o acompanhamento médico no pré-natal, no pós-parto, extensivo ao recém-nascido, no climatério e pós-climatério, bem como a presença do médico no Conselho da Comunidade. Ao Conselho também foi acrescida a competência para representar ao juiz da execução, bem como ao Conselho Penitenciário, caso seja percebida irregularidades ou falhas na consecução dos objetivos colimados pela Lei .

Neste sentido, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, somos pela aprovação das proposições, nos justos termos do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, que corrige as injuridicidades apontadas e aperfeiçoa a técnica legislativa. Entretanto, a este oferecemos uma subemenda.

Sala da Comissão, em de de 200 .

Deputada Zulaiê Cobra

Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 335, DE 1995

Apensos os projetos 3.402/97 e 1.858/96

SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Dê-se a seguinte redação, no art. 2º do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, ao art. 89 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984:

“Art. 2º.....

.....

Art. 89. Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche instalada em compartimento autônomo, com pessoal qualificado de acordo com as diretrizes adotadas na legislação educacional brasileira, e horário de funcionamento que se ajuste às necessidades de assistência à criança desamparada, quando sua mãe ou responsável estiver preso." (NR)

Sala da Comissão, em de de 200 .

Deputada Zulaiê Cobra

Relatora